



Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins



www.stal.pt

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

RESOLUÇÃO

Prosseguir a Luta! Defender, Repor e Conquistar Direitos!

Comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio

Esperança num futuro melhor

As comemorações populares do 25 de Abril e do 1º de Maio realizadas por todo o país constituíram uma expressiva afirmação de confiança e esperança num futuro melhor.

O STAL saúda todos os trabalhadores, e em particular, os trabalhadores da Administração Local que organizaram e participaram nestas comemorações, nomeadamente nos desfiles e concentrações do 1º de Maio convocados pela CGTP-IN, reafirmando a sua determinação na defesa dos valores de Abril e o seu empenho em prosseguir a luta para defender, repor, e conquistar direitos e pela concretização de uma política ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País.

A nova situação política e económica

Contrariando os apelos à resignação e à tese das falsas inevitabilidades, a luta dos trabalhadores e do povo, nos últimos 4 anos, travou o projecto anti-laboral e anti-social do governo PSD/CDS, derrotou-o nas eleições legislativas e abriu a porta à nova relação de forças na Assembleia da República e à solução política actual, indissociável da necessária mudança de política para inverter o rumo de desastre nacional a que o país foi conduzido.

Uma nova correlação de forças, com maioria de deputados à esquerda, que permitiu, previamente ao Orçamento, a aprovação de várias medidas positivas, nomeadamente, o aumento do salário mínimo nacional para os 530 euros (embora claramente aquém do valor que propomos e defendemos), o fim dos cortes salariais, com a reposição gradual em 2016, a eliminação progressiva da sobretaxa extraordinária de IRS, a reposição dos feriados roubados, o alargamento de deduções específicas do IRS, aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado e Local, entre outras.

Pela primeira vez em muitos anos, o Orçamento de Estado (OE) aprovado, interrompeu o rumo de empobrecimento e exploração dos trabalhadores, reformados e pensionistas.

Processo que, como sabemos, decorreu num quadro de inaceitáveis chantagens e pressões, oriundas nomeadamente da União Europeia e ferozmente apoiadas pelo discurso da direita, pressões essas que prosseguem e se agravam no sentido de impedir o avanço, por mais pequeno que seja tenta impor medidas adicionais no corte da despesa pública, pelo que é preciso, mais do que nunca, afirmar a soberania e o direito do país ao desenvolvimento e ao progresso.

Contudo, apesar do sentido globalmente positivo, o OE contém importantes limitações e insuficiências que bloqueiam uma resposta decidida às enormes desigualdades e problemas que se acumularam nas últimas décadas e marcam fortemente a sociedade portuguesa.

É o caso dos salários, em particular dos trabalhadores da Administração Local. Pois se é verdade que os trabalhadores com ganhos médios mensais superiores a 1 500 euros vêm agora fazer-se justiça com a reposição, em curso, do seu valor integral, também é verdade que a esmagadora maioria dos trabalhadores da Administração Local (cerca de 77%) têm salários inferiores a 1 500 euros e todos mantêm os seus salários congelados desde 2010, ao mesmo tempo que tiveram de suportar o aumento dos preços (7% desde 2010), um enorme aumento de impostos e uma subida de 133% da taxa de desconto para a ADSE que passou de 1,5% para 3,5% do salário bruto, o que representa em 5 anos uma perda do poder de compra de cerca de 20%. Para estes trabalhadores da Administração Local temos que reconhecer que o Orçamento de Estado para 2016 pouco difere dos anteriores.

Temos pois a consciência de que este Orçamento está longe de traduzir as necessidades do País, sendo cada vez mais claro que não é possível inverter de forma consistente a política de exploração e empobrecimento e, simultaneamente, dar cumprimento às regras, imposições e condicionamentos externos, sejam eles a submissão ao euro, ao Pacto de Estabilidade, ao Tratado Orçamental ou a uma dívida insustentável, que todos os anos absorve 5% dos nossos recursos financeiros nacionais e cerca de 10% da despesa pública.

Esta realidade que os dados da execução orçamental do 1º trimestre do ano comprovam, com o saldo das contas públicas a agravar-se em 108 milhões de euros face ao mesmo período do ano passado, reforça a necessidade de por cobro à sangria de recursos que todos os dias saem dos cofres do Estado para pagar os encargos com uma dívida pública que, em parte é ilegítima e no seu todo insuportável.

No plano dos serviços públicos, o STAL condena as declarações do Ministro do Ambiente, que revelam conivência com o processo ilegal de venda da EGF à Mota-Engil e um negócio ruinoso para o País, colocando a necessidade de uma ainda maior intervenção sindical dos trabalhadores nos locais de trabalho, pela consagração do carácter municipal destes serviços, salvaguardando os postos de trabalho e a própria autonomia do Poder Local Democrático.

Destaca-se por isso a entrega na AR, no passado dia 28, conjuntamente com outras organizações, da petição «**Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos**» para exigir justamente a reversão da privatização da EGF e em defesa da água pública, aguardando-se que o seu agendamento e debate ocorra o mais rapidamente possível.

Precisamente em relação à água, se é verdade que há sinais positivos, como é o caso da reversão dos sistemas em «alta» que foram agregados contra a vontade dos municípios – apesar de não ser ainda claro como é que isto se vai concretizar, outros há, que suscitam a nossa preocupação, com destaque para a previsível manutenção dos poderes da ERSAR na fixação de tarifas, medida que viola a autonomia local, princípio que o governo refere e bem que é preciso respeitar, mas desta feita, para justificar a continuação do quadro legal que permite às autarquias a concessão/privatização dos serviços municipais de águas.

Adensam-se ainda as preocupações relativas à municipalização de funções sociais do Estado, à ADSE, ao descongelamento das carreiras, ao processo de reposição das freguesias.

Estas e muitas outras razões são motivo para hoje como ontem, continuar a ser essencial a luta dos trabalhadores, pois sabemos que, independentemente da natureza do poder que nos governa, aos trabalhadores, cabe lutar para conseguir atingir os seus objetivos e anseios!

Avançar para concretizar a mudança!

A luta deve e vai continuar!

Prosseguir a luta para **Defender, Repor e Conquistar Direitos**, é um compromisso que assumimos para os tempos mais próximos e que exige uma forte mobilização.

Porque só com a luta se alcança a mudança, o STAL apela à participação de todos os trabalhadores na **Concentração/Desfile (Largo da Estrela – Secretaria de Estado das Autarquias Locais)**, a realizar no próximo dia 17, pelas 10h30m, em conjunto com o **STML**, sob o lema “**Em defesa dos Salários, Carreiras, Suplementos, 35 horas para todos**”, para exigir:

- O aumento dos salários;
- O descongelamento das progressões nas carreiras;
- Valorização e recuperação das carreiras e conteúdos profissionais anteriores à entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008;
- A reposição do pagamento do subsídio de Natal em Novembro a todos os trabalhadores que, no imediato, manifestem vontade nesse sentido, e a rápida reposição das condições que permitam o fim do seu pagamento em duodécimos;
- A actualização do subsídio de refeição;

- A defesa da contratação colectiva no Sector Empresarial Local e Bombeiros, retirando todas as limitações em sede de Orçamento à livre contratação, nomeadamente as que limitam a negociação dos valores do subsídio de refeição.
- A redução dos descontos para a ADSE, fixando-os em 1,5% sobre o período de 12 meses, alargada a todos os trabalhadores da Administração Pública Central, Local e Regional, independentemente do tipo de vínculo;
- A identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido;
- A regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco;
- A Regulamentação do direito à formação profissional;
- A criação do suplemento de isenção de horário de trabalho, disponibilidade e tempo de espera;
- A declaração de inconstitucionalidade da suspensão das indemnizações pela reparação de incapacidade por doença profissional;
- O fim dos bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Pública Central, Local e Regional;
- A Regularização das situações de contratação irregular nas Juntas de Freguesia;
- A reposição das condições gerais para a aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade;
- A revogação da “requalificação” dos trabalhadores da Administração Pública Central, Local e Regional, bem como de qualquer outro tipo de mecanismo que se destine a permitir ou facilitar o despedimento dos trabalhadores;
- A integração imediata dos trabalhadores em situação de precariedade e que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes, seja a que título for: Contratos a Termo, Actividades Ocupacionais, Contratos Emprego-Inserção, Estágios ou falsos Recibos Verdes;
- A aplicação imediata das 35 horas de trabalho semanal para todos;
- A revogação da Lei de Trabalho em Funções Públicas;
- A reposição dos dias de férias roubados.

Vamos à Luta! Porque é urgente, necessário e possível a melhoria das condições de vida dos Trabalhadores!

Lisboa, 6 de Maio de 2016

A Direcção Nacional do STAL